

A Industrialização do Estado de São Paulo e as Bases para o Desenvolvimento Regional

The Industrialization of the State of São Paulo and the Foundations for Regional Development

Marco Antonio Henrique^{a*}; Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz

^aUniversidade Federal de São Paulo, SP, Brasil

^bUniversidade Tecnológica Federal Do Paraná, PR, Brasil

*E-mail: marco.henrique@unifesp.br

Resumo

Este trabalho teve como tema a industrialização brasileira, em especial a do estado de São Paulo. O referencial teórico parte dos principais teóricos e fatos ligados a história econômica brasileira. Para tanto foi realizado um levantamento bibliográfico e documental. Os dados foram ordenados de maneira cronológica de modo que possibilitou traçar um paralelo entre os fatos, as políticas criadas e o crescimento econômico industrial. O processo de industrialização brasileira teve seu apogeu na segunda metade do século XX e concentrou-se no estado de São Paulo, isso devido a diversos fatores que favoreceram o crescimento econômico deste estado, entre os quais a composição política e a existência de uma elite empresarial consolidada. A pesquisa mostrou que a atuação do Estado como agente de intervenção econômica teve um importante papel nesse processo que possibilitou a ruptura da economia agrícola para a industrial.

Palavras-chave: Economia. Políticas. Desenvolvimento Regional.

Abstract

This work was titled Brazilian industrialization, especially the state of Sao Paulo. The theoretical part of the main theoretical and events related to Brazilian economic history. Therefore, we performed a bibliographic and documentary. Data were ordered chronologically so that possible to draw a parallel between the facts, the policies created and industrial economic growth. The Brazilian industrialization process had its heyday in the second half of the twentieth century and concentrated in São Paulo, this is due to several factors that favored economic growth of this state, which entre the political composition and the existence of a business elite consolidated. Research has shown that the action of the State as an agent of economic intervention had an important role in the process that led to the disruption of the agricultural economy to industrial.

Keywords: Economics. Policy. Regional Development.

1 Introdução

O ponto de partida desse trabalho é a industrialização brasileira e em especial a do estado de São Paulo, o que mais se desenvolveu nesse aspecto. A partir de então, a análise teórica parte para a visão da industrialização como fator de desenvolvimento regional, a forma como ocorreu a dinâmica de capital que o levou a industrialização e o papel do Estado nesse processo.

O tema proposto: “A industrialização do estado de São Paulo e as bases do desenvolvimento regional” é relevante tendo em vista abordar aspectos da história econômica e de políticas públicas envolvidas nesse processo. A visão dos diferentes autores sobre o processo de industrialização brasileira remete à reflexão e a importância dessa questão a todo sistema econômico local. Um estudo a partir da história econômica local ajudará no entendimento de todo o sistema da formação da economia dos municípios, em especial os do estado de São Paulo, onde esse processo ocorreu de maneira mais acentuada.

2 Desenvolvimento

2.1 A industrialização brasileira: uma introdução histórica

A forma de como ocorreu a industrialização brasileira e, sobretudo no estado de São Paulo é bastante controversa e baseia-se em pontos de vista de diferentes autores e escolas de pensamento econômico. As principais teorias sobre a industrialização do Brasil e a periodização é bastante polêmica e permite diferentes pontos de vista sobre o assunto. Para alguns autores, entre eles Lacerda (2006), a industrialização do Brasil teve início nos anos de 1885. Alguns fatores como mão de obra assalariada, formadas com a imigração em massa, a abolição da escravidão e a intensificação das estruturas pré-capitalistas foram os principais responsáveis. As mudanças de pensamento da sociedade, que não mais aceitavam que o país devesse ser exclusivamente agrário contribuíram de maneira muito especial para o processo de industrialização. No final do século XIX, o Brasil já contava com grandes indústrias como: as indústrias Matarazzo; o grupo Votorantim e outros

grandes grupos industriais (LACERDA, 2006).

Celso Furtado expõe em sua obra denominada “Formação Econômica do Brasil” um retrato do país e suas barreiras para a industrialização. A partir de uma constatação histórica, o autor identifica como importantes pontos de estrangulamento econômico brasileiro, sua questão periférica e as assimetrias sociais que impossibilitavam a inovação. A questão histórica, principalmente no que diz respeito ao “centro – periferia” teria criado empecilhos políticos, sociais e ideológicos que permaneciam fortes na economia a ideia do país subdesenvolvido. Neste caso, a industrialização do Brasil deveria partir de uma análise do social ao estrutural (FURTADO, 1998).

Para Suzigan (2000), a industrialização no Brasil surgiu a partir de quatro grandes interpretações:

1. Teoria dos choques adversos: analisa a industrialização a partir de crises no setor importador e crises econômicas internacionais. Seriam essas adversidades as responsáveis pela industrialização no Brasil uma vez que com elas surgiram dificuldades no setor exportador e criou-se assim um mercado interno motivado pela necessidade de bens antes importados (SUZIGAN, 2000);
2. Industrialização como resultado da expansão das exportações: analisa a industrialização como resultado das exportações. As exportações de café criaram no Brasil condições para a industrialização. Criaram-se habilidades empresariais, infraestrutura, capital para investimento e mão de obra para que se desenvolvesse a industrialização (SUZIGAN, 2000);
3. Industrialização como desenvolvimento do capitalismo ou capitalismo tardio: Analisa a industrialização como desenvolvimento da economia baseada na produção cafeeira. Sugere a transição da economia agrícola para a industrial como a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Condições internas e externas teriam criado condições para a industrialização (SUZIGAN, 2000);
4. Industrialização promovida por políticas governamentais: Analisa a industrialização como sendo promovida por políticas governamentais. Através de subsídios, políticas fiscais e proteção tarifária em que o governo criou as condições necessárias para promover a industrialização no Brasil (SUZIGAN, 2000).

De acordo com a pesquisa de Curado e Cruz (2008) o período de desenvolvimento da industrialização no Brasil (conforme periodização estipulada por Maria da Conceição Tavares (1975) e João Manoel Cardoso de Mello em (1982)) é dividida em três fases consecutivas:

1. A fase do crescimento com diversificação da atividade industrial (1860-1933): na primeira fase a industrialização apresenta um aumento de produtos de consumo não duráveis com pouca representatividade de produtos ligados a produção de bens e intermediários.

Esse período a industrialização estava bastante ligada ao setor cafeeiro, sendo um complemento econômico (CURADO; CRUZ, 2008);

2. A industrialização restringida (1933-1955): na segunda fase, a industrialização se intensifica e o ritmo de crescimento da economia passou a estar ligado com a expansão industrial. Houve um ligeiro aumento da produção de bens de capital e uma diminuição da importância aos bens de consumo. Um crescimento endógeno não ligado à demanda externa, mas acumulação de capital no setor industrial. Essa fase ficou conhecida como “industrialização restringida” uma vez que a produção industrial estava ligada a capacidade de importação de bens de produção, o que dependia das divisas obtidas do setor primário exportador (CURADO; CRUZ, 2008);
3. A industrialização pesada (1955-1980): a terceira fase de industrialização, conhecida como industrialização pesada inicia-se em 1955 com o Plano de Metas. Essa época é marcada por investimentos em blocos localizados na economia, com a forte presença do capital internacional e público na economia. O que distingue essa fase das demais é o tipo de investimento: que cresce a frente da demanda e pelas estruturas técnica e financeira do capital (CURADO; CRUZ, 2008).

Outro importante pesquisador sobre as fases da industrialização no estado de São Paulo foi Warren Dean (1991). De acordo com seu livro, “Industrialização no estado de São Paulo”, os seguintes eventos e periodização marcaram tal processo:

- Origens Econômicas e Sociais do Empresariado (1880 - 1914). O café foi o precursor do capital necessário ao processo de industrialização. A importação do produto mais dinâmico da economia possibilitou a formação de capital e o desenvolvimento das habilidades necessárias para que as primeiras indústrias aparecessem, ainda que de maneira bastante isolada. Somaram-se a esses fatores a facilidade de logística na distribuição, originária do escoamento da produção cafeeira (estradas de ferro) e a mão de obra abundante (DEAN, 1991);
- Crescimento Industrial: Circunstância e Estrutura (1914 -1930). São Paulo possuía melhores condições para a instalação de indústrias, entre as quais o menor custo indireto de produção, o que incluía facilidade no sistema logístico: portos, estradas etc. A Primeira Guerra mundial foi um fator crucial nesse período, pois dificultou a exportação do café e a importação de produtos industrializados. Com o sistema em crise e a impossibilidade da importação, os produtos tiveram de ser produzidos no Brasil. Isso abriu espaço para a industrialização brasileira e principalmente no estado de São Paulo: mão de obra proveniente da agricultura cafeeira em crise, capital necessário e a necessidade

de produtos manufaturados gerando desta forma um mercado consumidor interno (DEAN, 1991);

- Os Industriais enfrentam a Sociedade e o Estado (1920-1945). Um fator importante no processo de industrialização do estado de São Paulo de acordo com Dean eram as condições que os funcionários nas indústrias passavam: a jornada de trabalho era extensa e envolvia contratação de mulheres e crianças, eram mal pagos, no entanto isso era justificado pelo empresariado uma vez que havia outros benefícios que os funcionários das indústrias recebiam, tais como: transporte, creche para os filhos etc. Na década de 1930 ocorreram importantes mudanças na situação político-social do Brasil: os trabalhadores das indústrias passaram a se organizar em classes (de maneira mais intensa), ocorreu uma maior intervenção do Estado na economia e ocorre uma maior preocupação com o aspecto social dos trabalhadores e de seus familiares. Durante o período denominado Estado Novo do governo Getúlio Vargas ocorre uma importante expansão da industrialização, tanto pelo investimento estatal direto quanto pela facilidade de financiamento público à projetos industriais privados (DEAN, 1991).

Diante das diferentes interpretações dos diferentes autores, o que é bastante nítido é que para que a industrialização ocorresse era necessário superar diversos problemas: políticos, culturais e estruturais. Dentre estes estava a questão da formação de capital. Estudos feitos pela Cepal mostravam que o país não possuía uma poupança interna, e que para conseguir o capital necessário para grandes investimentos seria necessária uma mudança comportamental da sociedade, ou então atrair investimentos externos. Entretanto, para atrair investimentos de fora seria necessário criar situações confortáveis para que o capital estrangeiro entrasse no país. No entanto, uma alternativa à abertura ao capital externo era fortalecer a indústria nacional através de subsídios, políticas fiscais e investimentos em infraestrutura. Importantes escolas e autores desenvolveram estudos relevantes que possibilitaram um avanço na economia brasileira. Destaca-se o pensamento nacionalista de Celso Furtado, que defendia a ampla participação do Estado na economia. Segundo ele, as empresas estatais deveriam investir em infraestrutura para garantir a industrialização do país, assim como o rompimento com as oligarquias e a criação de políticas sociais de distribuição de renda e reforma agrária. Esse rompimento as oligarquias deveria ser acompanhada de inovações tecnológicas que visassem à modernização inclusive do setor agrícola (VIEIRA, 2009).

2.2 Primeira metade do século XX: as bases da industrialização

No início do século XX o Brasil era país agrário e sua economia era baseada, sobretudo no café, o produto mais dinâmico da economia brasileira. Quando esse produto

começa a entrar em declínio devido ao aumento da produção e posteriormente com a crise no mercado internacional, uma nova ideologia política e econômica começa a desenvolver no país, são os primórdios da industrialização (RICCI, 2006).

Martins (1990) menciona que a crise econômica provinda com a crise do café levou o país ao caos, levando ao dilema de colher ou não a produção. O escoamento do excedente da produção não teria lugar no mercado internacional e os níveis normais de preço seriam normalizados no período mínimo de dez anos. O governo, através de políticas econômicas protecionistas bancou a colheita do café com ideia de estocar e posteriormente destruir o produto para manter os preços no mercado interno. Essa situação econômica manteve a renda do setor importador e encareceu o produto importado devido a demanda. Essa situação levou ao surgimento de indústrias nacionais que produzissem a preços competitivos os produtos importados. Desta forma a indústria surge como opção à substituição das importações.

A partir dos anos de 1933 começa no Brasil o período de industrialização acelerada tendo como origem a crise econômica do setor agroexportador dos anos anteriores e o fim da oligarquia política que abre espaço para a indústria como objeto de políticas públicas (SUZIGAN, 2000).

Martins (1990) menciona que o fortalecimento da indústria nacional deve-se às habilidades empresariais adquiridas com o mercado internacional em períodos anteriores (exportação de café e importação de produtos industrializados), o excedente financeiro das exportações que gerou capital e a superação da necessidade de mercado interno competitivo. Segundo esse autor, mais importante do que a ideia de substituição das importações está a de fortalecimento das indústrias nacionais existentes que encontraram lugar na economia nacional, com o fortalecimento do mercado interno e a ruptura do sistema oligárquico do café.

Com relação à nova visão política, de acordo com Caputo & Melo (2009), o fortalecimento do Estado Nacional frente à questão econômica, com investimentos diretos na economia ocorreu principalmente na primeira metade do século XX, em especial no governo de Getúlio Vargas. São dessa época:

- Conselho Nacional do Petróleo (1938);
- Companhia Siderúrgica Nacional (1941);
- Companhia Vale do Rio Doce (1943);
- Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945).

A industrialização nessa primeira metade do século XX estava baseada no capital privado interno e no capital estatal. O núcleo inicial do setor industrial do país: tecidos, alimentos, têxtil e bebidas eram de propriedade do nacional e a necessidade de atrair investimentos era preeminente além de criar bases estruturais que atraíssem capitais e investimentos de médio e longo prazo.

Através de seus três governos – o revolucionário (1930-1937), o ditatorial (1937-1945) e o democrático (1951-1954), Getúlio Vargas foi o responsável pela montagem da infraestrutura básica sobre a qual se estruturou o capitalismo

industrial brasileiro. Isto não significa plena concordância com o nacional desenvolvimentismo de Vargas, nem com o corporativismo do Estado Novo, nem com o populismo que lhe seguiu. Independentemente da vontade ou da consciência dos governantes que sucederem a Vargas – democratas ou ditadores, civis ou militares, de esquerda ou de direita – todos tiveram que partir da base construída por ele. (FROELICH, 2007).

2.3 Segunda do século XX: a industrialização pesada

Num segundo momento, diante da falta de recursos para investimentos e a necessária atração de capital externo, o governo cria condições que faz com que esse capital seja bem-vindo ao país, em especial através de mudanças da taxa de câmbio e mudanças estruturais. Até 1953 a taxa de câmbio foi mantida fixa pelo governo. Com a moeda nacional valorizada, as indústrias nacionais seriam beneficiadas devido à importação de produtos, entretanto isso acarretava uma desvalorização dos dólares que entrassem no país e conseqüentemente encarecia o produto nacional frente às exportações, o que apresentava reflexos diretos na balança comercial.

Somente em 1953, com a desvalorização do cruzeiro, iniciava-se uma série de medidas de atratividade de capital estrangeiro na economia. Essas medidas levaram o país a se industrializar e ocupar um papel de destaque na economia mundial. Um dos grandes estímulos ao setor industrial foi à criação da Instrução 113 da SUMOC Superintendência da Moeda e do Crédito. A política cambial tinha por objetivo permitir a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial. Essa medida teve como consequência imediata a expansão de áreas estratégicas da indústria brasileira, sobretudo ligadas a indústrias de base (CAPUTO; MELO 2009).

No Brasil, a política de industrialização pesada ganha força em especial no Plano de Metas, em que o governo começou grandes obras com a finalidade de gerar crescimento econômico. O governo assumia os setores menos lucrativos da economia, que necessitavam de enormes montantes de capital e longo prazo de maturação (MANTEGA, 1990).

O setor de indústrias de base do Plano de Metas recebeu, entre 1955 e 1959, 55,4% equipamentos estrangeiros que entraram como investimento direto via Instrução 113, o equivalente a 93,6% do total, se for desconsiderados os investimentos em setores que não faziam parte do Programa de Metas. Tais dados confirmam a importância do desenvolvimento deste setor nas metas do governo Kubitschek. Um dos critérios para a escolha do setor onde o capital público e privado deveria investir era a demanda derivada que gerava, ou seja, a expansão de alguns setores aumentava a demanda em outros. Assim, a meta da indústria mecânica e de material elétrico pesado foi programada a partir da demanda derivada dos setores das indústrias de base e do setor de energia; a meta da indústria automobilística direcionou a programação

de autopeças, de metais não ferrosos e de borracha; a de mecanização da agricultura levou à fabricação de tratores; a da marinha mercante à indústria de construção naval, e a de cimento, um impacto no Plano de Metas como um todo. (CAPUTO; MELO, 2009).

De acordo com Vieira (2009), o Plano de Metas visava investimento em trinta e uma metas prioritárias divididas em cinco grupos estratégicos e a meta síntese – a construção da nova capital federal:

1. Energia (43% dos investimentos);
2. Transporte (29,6% dos investimentos);
3. Alimentação (3,2% dos investimentos);
4. Indústria de base (20,4% dos investimentos);
5. Educação (3,4% dos investimentos);
6. Construção de Brasília.

O crescimento econômico superior a média apresentada historicamente foi o que marcou o governo de JK. As políticas públicas orientadas para o desenvolvimento defendiam a participação do Estado como indutor do processo de crescimento econômico: sinalizando os rumos da economia e direcionando os investimentos, principalmente através de políticas que atraíssem e gerenciassem o investimento externo nas áreas estratégicas: infraestrutura e indústria siderúrgica. No entanto, como consequência imediata houve uma forte “internacionalização” na economia com o capital externo, o que ocasionou o aumento significativo da dívida externa (VIEIRA, 2009).

Após o término do “período democrático” e a tomada do poder pelos militares em 1964, começa uma nova fase na história brasileira. No entanto, a criação do I e do II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento no governo militar tinha por objetivo continuar o processo de industrialização iniciado pelo governo JK e elevar o país a potência mundial. Ainda, foi desta época: a intensificação de políticas de substituição das importações - que visavam produzir no mercado interno produtos antes importados; o Programa Nacional do Alcool – que tinha por objetivo amenizar a crise do petróleo com a substituição pelo álcool; e a desconcentração da indústria da capital para o interior (TERCI, 2009).

As interpretações sobre os fatores determinantes do “milagre” encontradas na literatura podem ser divididas em três grandes grupos, não necessariamente excludentes, e que enfatizam:

- a) A política econômica do período 1968-1973, com destaque para as políticas monetária e creditícia expansionistas e os incentivos às exportações;
- b) O ambiente externo favorável, devido à grande expansão da economia internacional, à melhoria dos termos de troca e ao crédito externo farto e barato; e
- c) As reformas institucionais do Paeg (1964-1966), em particular as fiscais/tributárias e financeira, que teriam criado as condições para a aceleração subsequente do crescimento (VELOSO *et al.* 2007).

Suzigan (2000) salienta que a partir da segunda metade do

século XX em especial durante o governo militar, importantes políticas industriais foram criadas, algumas de foco regional, o que diminuiu o distanciamento entre as questões políticas e o foco da industrialização. No entanto, tais políticas e ações favoreceram a economia nacional e a concentração de renda per capita. Prevaleceu a ideia no Nacional Desenvolvimentismo e o intervencionismo estatal, o Estado ganhou uma nova forma de atuação e de regulação das atividades econômicas.

Ainda, de acordo com Veloso *et al.* (2007), essas mudanças criaram no Brasil as condições necessárias para o crescimento econômico jamais visto e que levaram o país à industrialização e ao desenvolvimento no aspecto estrutural. O ambiente externo favorável e a abertura ao mercado internacional possibilitou a atração de financiamento externo para indústrias e projetos nacionais. As reformas políticas e institucionais fizeram com que diminuísse os gastos públicos e aumentasse a arrecadação de impostos, o que possibilitou investimentos estatais diretos e financiamentos que estimulassem o crescimento econômico. A reforma do sistema financeiro levou ao fortalecimento do mercado de capitais, incipiente e quase inexistente no Brasil. Além disso, são desse período a criação do: Sistema Financeiro de Habitação, Banco Nacional de Habitação e Caixa Econômica Federal. Outro aspecto de suma importância foi o incentivo às exportações trazidas por políticas públicas e colocadas em prática através de leis que incentivavam a produção industrial:

- Lei 4.502 de novembro de 1964: oferecia isenção do imposto sobre as exportações de produtos industrializados;
- Lei 4.663, de junho de 1965: oferecia isenção do imposto de renda sobre os lucros das exportações;
- Decreto-lei 37, de novembro de 1966: oferecia devolução dos impostos de importação incidentes sobre matérias-primas e componentes importados, que tenham sido utilizadas em produtos exportados;
- Constituição de 1967: oferecia isenção do imposto sobre a circulação de mercadorias sobre as exportações de produtos manufaturados.

No período do “Milagre Econômico Brasileiro” as condições de infraestrutura do país tiveram uma melhora significativa, assim como o sistema de comunicações e energia, o que em outras épocas impediam o crescimento industrial. Importantes projetos industriais eram custeados com financiamentos públicos e externos. A facilidade de crédito levava ao endividamento do país, que deixava aos poucos a condição de fornecimento de commodities para exportador de produtos industrializados (SUZIGAN, 2000).

No aspecto geográfico da indústria brasileira, neste período (década de 1970) houve uma “desconcentração” da capital, São Paulo em direção às demais regiões do país. Isso foi possível graças diversos organismos e instrumentos institucionais do Governo Federal que muito contribuíram para que esse processo ocorresse (CNPU - Conselho Nacional de Planejamento Urbano; CDI - Conselho de Desenvolvimento

Industrial; CDE - Conselho de Desenvolvimento Econômico, que restringiu a concessão de incentivo às indústrias que pretendiam se instalar na Região Metropolitana de São Paulo). Esse movimento de capital permitiu a instalação de importantes indústrias não apenas em outros estados, mas também da capital para o interior do estado de São Paulo, beneficiando importantes cidades, entre as quais: Campinas, São José dos Campos, Taubaté, Jundiaí, São Carlos, Piracicaba e Sorocaba (mais dinâmicas), e Amparo, Indaiatuba, Rio Claro, Americana, Araraquara, Santa Bárbara D’Oeste, Sumaré, Pindamonhangaba, Salto, Itu, Botucatu, entre outras (CLEPS, 2003).

Nos primeiros meses de 1973 a economia brasileira cresceu 14%, o que leva esse período ao auge do “Milagre Econômico Brasileiro”, o período mais dinâmico da economia nacional. No entanto, no último trimestre desse mesmo ano o mundo passa pela crise do petróleo, importante fato econômico que gera aumentos nos preços (em razão do aumento do petróleo que passa de US\$ 2,90 US\$ 12,00 o barril) e causa recessão e forte queda na economia brasileira. O crescimento econômico dos anos anteriores era insustentável e nessa condição de instabilidade econômica mundial o governo brasileiro lança o II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico que tinha como meta prosseguir com a industrialização e o crescimento econômico do Brasil (FONSECA; MONTEIRO, 2007).

O II PND foi o último plano de desenvolvimento econômico idealizado e efetivamente implantado no Brasil. Enquanto o I PND, que norteou o “milagre” econômico, pode ser considerado um plano de crescimento econômico, na medida em que não se preocupou com o aspecto distributivo (o presidente Garrastazu Médici expressava de forma singela esta assertiva com a colocação de que a economia vai bem, mas o povo vai mal), o II PND foi certamente um plano de desenvolvimento econômico, porque além de almejar altas taxas de crescimento econômico estava centrado em setores de amplo espectro – o de bens de capital, em particular – e pretendia, também, estabelecer um processo de democratização caracterizado, entre outras coisas, por melhor distribuição de renda (FROELICH, 2007).

Ainda, com relação à crise que afetou o país nos anos de 1970, Suzigan (2000) argumenta que a diminuição do crescimento econômico aconteceu devido a causas econômicas e estruturais. Isso aconteceu devido a diversos fatores econômicos: perda do dinamismo da substituição das importações; conjunturais devido à instabilidade macroeconômica subsequente a crise da dívida e causas políticas. O nacional desenvolvimentismo e o intervencionismo estatal haviam perdido espaço na economia brasileira e isso ficou bastante evidente no período final do governo militar. A crise dos anos de 1980 mostrou que todas as ações políticas que orientavam o setor industrial e econômico do país não mais se aplicavam assim como a orientação do mercado também não se aplicava na regulação interna uma vez que a economia brasileira se manteve fechada

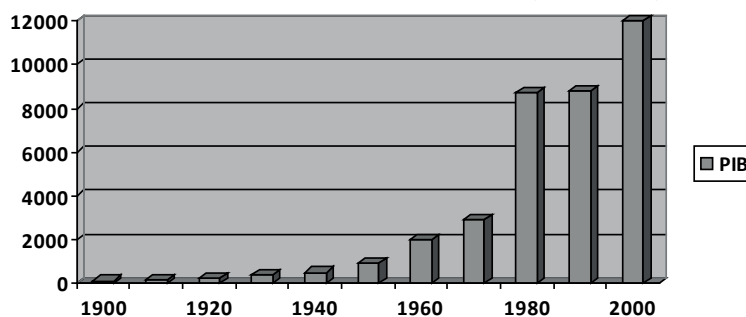
ao comércio internacional.

De acordo com Suzigan (2000), a crise do Estado como regulador do sistema econômico – industrial do Brasil fez com que este perdesse espaço. Isso aconteceu principalmente no aspecto das privatizações e no corte orçamentário para o financiamento industrial e desenvolvimento do parque tecnológico, fator que reduziu a concessão de incentivos e subsídios fiscais a investimentos P&D exportação e outros.

A abertura comercial no governo de Fernando Collor de Melo marca a nova etapa do processo econômico industrial do país. Diminuição da participação do Estado na economia, internacionalização através do aumento da importação e necessidade de renovação do aparato produtivo nacional para competir com produtos importados.

O Gráfico 1 mostra o crescimento acumulado do PIB – Produto Interno Bruto no século XX:

Gráfico 1: Crescimento Acumulado do PIB Nacional (1900 – 2000).



Fonte: Alves e Bruno (2006).

As políticas voltadas para a industrialização pesada, principalmente após a segunda metade do século (anos de 1950) trouxe reflexos significativos. Os maiores aumentos ocorreram entre as décadas de 1970 e 1980, sendo este último os anos de estagnação econômica no país. No final dos anos da década de 1990 até início de 2000 o valor do PIB cresce em consequência de novas políticas econômicas, abertura comercial e fortalecimento da moeda. De acordo com Alves e Bruno (2006), o PIB brasileiro cresceu 12,7 vezes nesses 100 anos. Essa mudança no perfil do país o levou a ocupar uma posição privilegiada entre as principais economias do mundo. No entanto, de acordo com os mesmos autores, esse crescimento econômico expressivo não foi acompanhado de desenvolvimento e não trouxe consigo uma repartição justa da renda.

No final do século XX, com as novas medidas econômicas adotadas: abertura comercial, a Reforma do Estado e a implantação do Plano Real, o Brasil entra numa nova fase econômica. No primeiro momento essa mudança levou às empresas nacionais (e principalmente as indústrias) a renovarem seu parque tecnológico e sua forma de gestão para competir no mercado internacional. A estabilidade monetária trouxe poder de compras aos assalariados, principais prejudicados pelo processo inflacionário e a Reforma do Estado levou às privatizações de empresas nacionais e a diminuição do Estado atuando diretamente na economia através das estatais. O Estado passou a ocupar uma posição de “regulador” do sistema econômico, deixando de lado o Estado “interventor” de outrora. Inicia-se, então uma nova fase, o neoliberalismo econômico (HENRIQUE, 2011).

De acordo com Vieira e Santos (2012, p.346):

Estudar o desenvolvimento econômico regional mediante uma análise histórica constitui um desafio significativo e também uma necessidade quanto a melhor compreensão dos fatores não econômicos que o afetam, em razão da premência de avaliar o impacto das políticas de desenvolvimento sobre a estruturação das diferenças regionais presentes no território brasileiro.

Pessoti (2009) salienta que a indústria é o ente dinâmico que acelera o desenvolvimento de uma região e favorece sua inserção no mercado global em que as economias desenvolvidas estão inseridas. Esse processo, além desse aspecto contribui no sentido de gerar empregos (geralmente com os maiores rendimentos frente às demais atividades). O autor ainda diz que as políticas industrialização estão na base de reformas estruturais que mudariam os rumos de uma economia periférica em desenvolvimento para as transformações necessárias no desenvolvimento econômico.

2.4 Segunda do século XX: a industrialização pesada

O crescimento econômico, visto como o crescimento da riqueza ou do PIB em dado momento da economia, pode ser considerado o ponto inicial para o desenvolvimento econômico, supondo que este traga melhoria nos padrões de vida e repartição da riqueza gerada pelo capital. O crescimento com desenvolvimento é o ponto ótimo esperado pelos reflexos do capital na economia. Esta situação seria alcançada quando a riqueza trouxesse melhoria nos padrões de vida da população: educação, saúde, cultura e qualidade de vida. O governo, agente principal nesse processo age como indutor do sistema econômico, direcionando as ações dos agentes e das unidades familiares, no sentido de alcançar o crescimento e o desenvolvimento (HENRIQUE, *et al.*, 2010).

Amartya Sen (2010) define outros aspectos inerentes ao desenvolvimento econômico, principalmente a liberdade como

um indicador de tal situação. Para o autor, o desenvolvimento econômico não se restringe apenas ao crescimento econômico e a melhoria dos indicadores de saúde, educação e condições básicas de vida, mas incluem a liberdade que o indivíduo possui para se expressar em seu meio: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparências e segurança protetora. O desenvolvimento econômico deveria garantir ao cidadão além de melhores condições de vida, um ambiente saudável e com liberdade de expressão e instituições fortes.

O desenvolvimento regional pressupõe análise econômica a partir do crescimento e desenvolvimento endógeno da economia. São as condições internas das diferentes regiões ou do ambiente local, que a partir da atuação dos mais diversos atores políticos e sociais levariam à condição ideal do ambiente econômico. Nesse aspecto, o papel do Estado em suas esferas: federal, estadual e municipal, através de políticas públicas sérias e comprometidas é de vital importância no alcance dos resultados (HENRIQUE, 2011).

De acordo com Vieira & Santos (2012), a análise do desenvolvimento regional a partir da investigação histórica é um desafio muito grande, tendo em vista que tal avaliação quase sempre é feita através da ciência econômica propriamente dita. Os resultados de crescimento econômico e sustentabilidade são alcançados mediante a aplicação de modelos econômicos próprios e não de uma visão histórica.

No entanto, esses mesmos autores defendem que:

A incorporação dos conceitos e métodos de pesquisas relativos à pesquisa histórica implica na admissão de que aspectos não econômicos contribuem para o desenvolvimento econômico regional, particularmente as práticas culturais regionais e locais. A consolidação de traços culturais específicos pode impactar sobre as atividades econômicas regionais. Porém, a relação entre as atividades econômicas pertinentes ao desenvolvimento econômico regional e as características culturais presentes na população que ocupa cada região não é mecânica ou determinista. Nas últimas décadas, a historiografia assistiu ao crescimento da rejeição à ideia de que a vida social e cultural seja direta e linearmente determinada por dimensões relativas à economia e a vida material. O conceito desenvolvimento econômico regional decorre da ênfase dada às dinâmicas locais, cuja avaliação sob a perspectiva histórica é estratégica para a compreensão dos fatores a ele relacionados. A cultura regional é definida por questões institucionais e sociais, e os fatores que podem ser considerados essenciais para a melhora da qualidade de vida em uma determinada região, podem não ter impacto semelhante em outra (VIEIRA ;SANTOS, 2012, p.346).

A análise da industrialização e do desenvolvimento regional a partir de dados históricos ajuda-nos a compreender os pontos iniciais e os fatores que criaram as bases para a atual situação, seja do ponto de vista das conjunturas econômicas ou das políticas públicas adotadas: da atuação direta ou indireta do Estado na economia. As políticas públicas voltadas ao aumento da competitividade local são um diferencial positivo no ajuste do espaço produtivo local. As aglomerações de atividades econômicas, assim como os “Arranjos Produtivos Locais” têm sido uma forma eficaz de inserir determinada

região nos novos padrões de produção e de competitividade do mercado, uma vez que estimula a competitividade e a cooperação na busca pela qualidade e crescimento (GÓES; GUERRA, 2008).

O Estado possui um papel primordial na formação dos: “arranjos produtivos locais”, nas aglomerações de atividades econômicas ou na formação dos polos econômicos. Myrdal defende a teoria de que o Estado intervencionista (seja de forma direta ou indireta) através de políticas de planejamento regional pode atrair empresas para locais atrasados tendo por objetivo facilitar a atração de capital e de investimentos localizados, seria uma forma de atenuar os desequilíbrios criados pela livre força de mercado (GÓES; GUERRA, 2008).

3 Conclusão

O crescimento econômico provocado pela industrialização brasileira, em especial na segunda metade do século XX foi a principal responsável pela mudança econômica sofrida pelo país: da economia agrícola para a industrial.

O Estado, principal agente de intervenção econômica, principalmente após a aplicação da teoria *keynesiana* em economias abaladas pela crise do pós-guerra teve um papel de extrema importância ao incentivar atividades industriais que tiveram por objetivo a substituição das importações, isso principalmente após a dificuldade do comércio internacional ocasionado pelas “reações adversas na economia” e entre essas as guerras e a crise do café sendo os principais expoentes. Os diversos ciclos econômicos estudados em história econômica, mostra a economia do século XX como sendo formada de pequenos subciclos de erros e acertos (ruptura do sistema agrícola; substituição da importação; abertura ao capital estrangeiro; planos econômicos de crescimento econômico e combate a inflação etc.) levaram o país ao Brasil do final do século: controle inflacionário e economia forte, entretanto com baixo índice de crescimento econômico.

A história econômica deve servir de base para o desenho de novos paradigmas, principalmente tendo em vista a necessidade de se renovar sempre frente aos desafios do mundo competitivo e do rompimento das barreiras geográficas pela globalização e economia global.

Atualmente o grande desafio é evitar a desindustrialização da economia e o avanço inflacionário. É preciso inovar, assim como ocorreu com as ideias de Keynes que revolucionaram o mundo de sua época, propondo a intervenção estatal na economia em épocas de crise. Pensamento econômico inovador que se mostrou inaplicável no primeiro momento, mas que diante dos diversos problemas econômicos enfrentados em âmbito mundial foram adotados em diversos países do mundo, pensamentos que foram responsáveis em grande parte pela industrialização mundial (e no caso brasileiro). Criar novos paradigmas e políticas econômicas consistentes que concilie crescimento e desenvolvimento econômico com o controle da inflação é o desafio dos próximos anos.

Referências

- ALVES, J.E.; BRUNO, M.A.P. *População e crescimento econômico de longo prazo no Brasil: como aproveitar a janela da oportunidade demográfica?* 2012. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/abep2006_302.pdf>. Acesso em: 30 out. 2012.
- CAPUTO, A.C.; MELO, H.P. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. *Rev. Estudos Econômicos*, v.39, n.3, p.513-538, 2009.
- CLEPS, G.D.G. A desconcentração industrial no estado de São Paulo e a expansão do comércio e do setor de serviços. *Caminhos Geografia - Revista On Line*, v.4, n.9, p.66-89, 2003.
- CURADO, M.; CRUZ, M.J.V. Investimento direto externo e industrialização no Brasil. *Rev. Economia Contemporânea*, v.12, n.3, p.399-431, 2008.
- DEAN, W. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1991.
- FONSECA, P.C.D; MONTEIRO, S.M.M. O Estado e suas razões: o II PND. *Rev. Economia Política*, v. 28, n.1, p. 28-46, 2007.
- FROELICH, G.M. As matrizes ideológicas do II PND (1975-1979). *Pesquisa & Debate*, v.18, n.1, p.1-26, 2007.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1998.
- GÓES, T.R.; GUERRA, O. Desenvolvimento endógeno e teoria evolucionista como fundamentação para políticas públicas em arranjos produtivos locais. *Rev. Desenharia*, n.8, 2008. Disponível em: <<http://www.desenharia.ba.gov.br/uploads/2508201110581250Cap%206.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2012.
- HENRIQUE, M.A. *Gestão pública e a questão tributária: um estudo sobre o ISS e o IPTU nos municípios de São José dos Campos e Taubaté*. 2011. 162f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2011.
- HENRIQUE, M.A.; ELLER, R.A.G.; RICCI, F. Brasil atual: perspectivas e políticas tributárias. *Latin Am. J. Bus. Manag.*, v.1, n.2, p.2-12, 2010.
- LACERDA, A.C. *et al. Economia brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- MARTINS, J.S. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- PESSOTI, B.C; PESSOTI, G.C. A indissociável relação entre indústria, desenvolvimento econômico e políticas industriais no Brasil. *RDE*, v.11, n.19, 2009 Disponível em <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1051>>. Acesso em: 8 set. 2013.
- RICCI, F. O desenvolvimento regional e a dinâmica do movimento de capital. *Rev. Bras. Gestão e Desenv. Regional*, v.1, n.2, p.3-15, 2006.
- SEN, A.K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 2000.
- TERCI, E.T. Industrialização e seus impactos na urbanização do interior paulista: uma análise comparada de Americana, Piracicaba e Santa Barbara Doeste. *Rev. História Econ. Hist. Empresas*, v.12, n.1, p.33-69, 2009.
- VIEIRA, E.T. Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba na segunda metade do Século XX. 2009. 177f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- VELOSO, A.F; VILLELA, A.; GIAMBIAGI, F. Determinantes do “Milagre Econômico Brasileiro” (1968-1973): uma análise empírica. Texto para discussão nº 1273 IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Abril, 2007. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 5 out. 2013.
- VIEIRA, E.T.; SANTOS, M.J. Desenvolvimento econômico regional: uma revisão histórica e teórica. *Rev. Bras. Gestão Desenv. Regional*, v.8, n.2, p.344-369, 2012.